

Trabalho de Conclusão de Curso

Curso de Graduação em Geografia

BRICS: Uma Geopolítica Frente aos Blocos Hegemônicos

Thiago Silva Lima

Prof. Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Rio Claro (SP)

2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

Thiago Silva Lima

BRICS: Uma Geopolítica frente aos blocos hegemônicos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas -
Campus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para
obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP

2017

Thiago Silva Lima

BRICS: Uma Geopolítica frente aos blocos hegemônicos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas -
Campus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para
obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

_____ (orientador)

Rio Claro, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) aluno(a)

assinatura do(a) orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente e especialmente à minha mãe, sem ela nada, absolutamente nada disse seria possível. Gostaria também de agradecer à UNESP por esses cinco anos de acolhimento, onde tive a oportunidade de aprender e crescer como pessoa. Há todos meus familiares e amigos que sempre estiveram do meu lado me apoiando.

“chegou a hora de começar a reorganizar o mundo em direção ao que
a esmagadora maioria da humanidade espera e precisa” Celso

Amorim

RESUMO

Atualmente o cenário mundial vem sofrendo uma reorganização no contexto geopolítico, principalmente após a crise de 2008, possibilitando uma transferência de poder para as mãos dos países em desenvolvimento. O surgimento dos países que compõe o acrônimo BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, traz alternativas para um rearranjo nas políticas internacionais, onde grupos hegemônicos possam ser dissolvidos e poderes homogeneizados, reconfigurando o tabuleiro geopolítico e elaborando novas políticas sociais e econômicas.

Palavras chaves: poder, política internacional, crise, países em desenvolvimento.

ABSTRACT

At present, the worldwide scenery is suffering a reorganization in the geopolitical context, mainly after the crisis of 2008. Making possible a transfer of power for the hands of the developing countries. The appearance of the countries that composes the acronym BRICS - Brazil, Russia, India, China and South Africa, brings alternatives to a rearrangement in the international policies, where groups hegemonic could be dissolved and homogenized powers. Re-shaping the geopolitical tray and preparing new social and economic policies.

Key Words: power, international politics, crisis, developing countries.

LISTA DE SIGLAS

ONU: Organizações das Nações Unidas

NBD: Novo Banco de Desenvolvimento

ACR: Arranjo Contingente de Reserva

U.E: União Europeia

FMI: Fundo Monetário Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. A GEOPOLÍTICA E O PODER.....	13
2. CRISE DO NORTE E ASCENSÃO DO SUL.....	16
2.1 Crise dos Estados Unidos.....	16
2.2 Crise na Europa.....	19
2.3 Ascensão do Sul.....	20
3. OS BRICS.....	22
3.1 Cooperação Intra-BRICS.....	24
3.2 O novo Banco de Desenvolvimento do BRICS.....	36
3.3 Arranjo Contingente de Reserva do BRICS.....	37
3.4 Os BRICS diante do Consenso de Washington.....	38
4. Desafios do BRICS.....	49
5. Considerações Finais.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

INTRODUÇÃO

A chegada do século XXI trouxe grandes transformações no cenário geopolítico global. A criação do grupo dos BRICS vem comprovando isso, apesar de suas diferenças culturais, ideológicas e até mesmo políticas em determinados pontos, esses países conseguiram se unir para tentar se opor de maneira sólida os blocos político-econômicos hegemônicos (União Europeia, FMI, Banco Mundial e os EUA).

Buscando tentar entender como as grandes potências emergentes podem proporcionar um panorama de políticas internacionais totalmente diferente do atual, criado no Consenso de Washington, onde políticas neoliberais movem o sistema. Prevendo a necessidade de haver um contrapeso para a hegemonia americana pós-Guerra Fria, a comunidade internacional buscou um país ou um grupo de países que pudessem combater o poder desproporcional dos Estados Unidos (SANTOS, 2013).

O principal objetivo do BRICS é atingir um papel mais relevante no contexto internacional, almejam uma distribuição maior do Poder e repartição das riquezas.

A China e as demais nações emergentes, especialmente as que integram o BRICS, puderam ocupar maior espaço. Mas esse precário equilíbrio foi significativamente afetado pela crise econômica nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) a partir de 2008-2009 (VISENTINI, 2015, p. 7).

O BRICS geopoliticamente dizendo precisa ser observado de perto e ser analisado criticamente, pois, contém dois membros no Conselho de Segurança da ONU, três potências nucleares, países ricos em recursos naturais, fortes investimentos no que diz respeito a indústria, ciência e tecnologia, inovação e são os grandes fornecedores de commodities.

Nos últimos anos pode-se perceber a importância do BRICS nos fluxos mundiais, principalmente depois da crise. Que permitiu o fortalecimento do grupo, fazendo com que se organizassem e colocassem em prática o que poucos acreditavam que seria possível. Consequentemente surge a possibilidade de um fortalecimento Sul-Sul diante de instituições hegemônicas que detêm grande parte do poder global.

1. A GEOPOLÍTICA E O PODER

No presente trabalho o uso do termo geopolítica está baseado na análise do geógrafo José William Vesentini, na sua obra intitulada “Novas Geopolíticas”. Onde o significado clássico é deixado de lado e o Estado passa a não ser o único protagonista. No panorama geopolítico atual outros atores dividem este protagonismo segundo o autor. VESENTINI disse que (2000, p.11)

”As novas geopolíticas, em especial após o final da guerra fria e da ameaça de um holocausto nuclear, relativizam (mas não omitem) a questão da guerra militar e enfatizam outras “guerras” ou conflitos: econômicos, sociais, culturais e até simbólicos (na mídia e na indústria cultural, por exemplo). Embora o nome “geopolítica” continue a ser utilizado, o enfoque atualmente é outro. As novas geopolíticas, não por coincidência surgidas na “era da globalização” e enfraquecimento (relativo) dos Estados nacionais, normalmente não são feitas “para o Estado” e tampouco o veem como o único ator na política mundial. Novos atores ou sujeitos são levados em consideração, desde as civilizações ou grandes culturas até as ONG’s”

O neologismo geopolítico nasce 1905, com Rudolf Kjellén, em seu artigo “As grandes potências”. Onde o autor faz uma avaliação do Estado onde se apropria e controla o espaço geográfico. RAFFESTIN (1993, p.13) no pensamento de Ratzel, o pensamento gerador do Estado, “foi o enraizamento no solo de comunidades que exploram as potencialidades territoriais [...] Ratzel viu muito bem o papel e a influência que poderiam desempenhar as representações geográficas, assim como as ideias religiosas e nacionais na evolução do Estado. ”

RAFFESTIN (1993, p. 15) “Para Ratzel, tudo se desenvolve como se o estado fosse o único núcleo de poder, como se todo o poder estivesse concentrado nele”. Para o autor Estado e Poder não são iguais, como pensava Ratzel. O autor acreditava que o Poder poderia atingir determinados espaços que o Estado não conseguia observar. RAFFESTIN (1993, p.52) “Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem”.

Para entender a natureza do Poder e até onde ela pode chegar LEFEBVRE apud RAFFESTIN (1993, p.52) “Parece-me que é preciso compreender por poder primeiro a multiplicidade das relações de força que são iminentes o domínio em que elas se exercem e são constitutivas de sua organização” e FOUCALT apud RAFFESTIN (1993, p. 52) diz que “o poder está em todo o lugar; não que englobe, mas vem de todos os lugares”, Portanto:

“Seria inútil procurar o poder “na existência original de um ponto central único de soberania de onde irradiaram formas derivadas e descendentes, pois é o alicerce móvel das relações de força que, por sua desigualdade, induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre locais e instáveis” FOUCALT apud RAFFESTIN (1993, p.52)

Natureza do Poder: para Foucault

- O poder se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;
- As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relação (econômicas, sociais e etc), mas são iminentes a elas;
- O poder vem de baixo; não há uma posição binária e global entre dominador e dominados;
- As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas;
- Onde há poder há resistência e no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais esta e posição de exterioridade em relação ao poder.

Esses cinco pontos exprimem a gênese do poder segundo o autor e a sua multidimensionalidade. RAFFESTIN (1993, p.53) A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações.

O poder está enraizado no trabalho, e assim com Marx (alienação e na divisão internacional do trabalho) LAPIERRE apud RAFFESTIN (1993, P.56) define assim:

“Não é a necessidade natural, mas a capacidade que o homem tem de transformar, por seu trabalho e ao mesmo tempo, a natureza que os circunda e suas próprias relações sociais. Pela inovação técnica e econômica, os homens transformam seu meio natural. Pela inovação social e cultural, transformam seu meio social. ”

Ainda segundo Raffestin, os trunfos do poder estaria dividido em três, de acordo com a geografia política: população, território e recursos. A população seria a primeira e mais importante, pois, a origem do poder se encontra nela. (RAFFESTIN, 1993). Nela residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação. O território é o lugar onde ocorre todos os tipos de relação. Porém, sem a participação da população, ela não contém um alicerce estratégico. E por fim, os recursos vão determinar até onde é possível chegar a ação.

2 CRISE DO NORTE E ASCENSÃO DO SUL

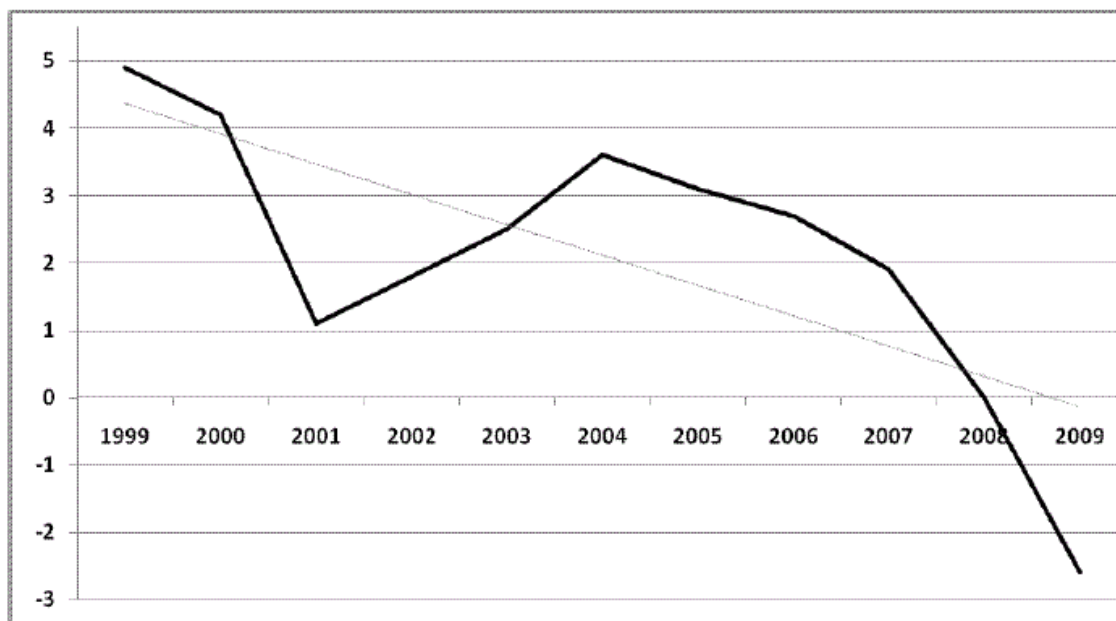
2.1 Crise dos Estados Unidos

A crise financeira do *subprime* norte americana teve seu início no ano de 2007, tomando proporções econômicas globais e colocando em cheque a hegemonia mundial dos EUA. O conceito de “hegemonia mundial é definido por (ARRIGHI, 1996) como:

“O conceito de ‘hegemonia mundial’, refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer função de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Em princípio, esse poder pode implicar apenas na gestão corriqueira 16 desse sistema, tal como instituído num dado momento. Historicamente, entretanto, o governo de um sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema” (ARRIGHI, 1996, p. 26).

Hegemonia que segundo Arrighi (1996), tem seu início no começo do século XX, através de redes de cooperações multilaterais e apoio de instituições internacionais. Causando a implementação de uma nova ordem mundial. Que durará até o ano de 2001 onde terá sua primeira queda no PIB, devido ao atentado de 11 de setembro e depois uma outra grande queda no PIB com a crise do mercado financeiro imobiliário, como ilustra o (gráfico.1)

Taxa de crescimento anual do PIB nos EUA 1999 – 2009 (%)



(Gráfico 1): Fonte: print screen. Gráfico preparado pelo autor com base em dados do Banco Mundial. Disponível em: http://resistir.info/eua/remy_abr13.html. Acesso em 15/08/2017

O primeiro marco da crise de proporção global se dá em 2008 com a falência do banco Lehmann Brothers, alguns analistas comparam com a depressão 1929. As causas desse acontecimento levaram graves consequências econômicas ao mundo.

A redução de força dos Estados Unidos abre uma porta para as grandes potências emergentes assumirem a liderança do poder global, com maior “igualdade” e representatividade dos países do “Sul”. Zbigniew Brzezinski apud STUENKEL (2017, P.53) diz:

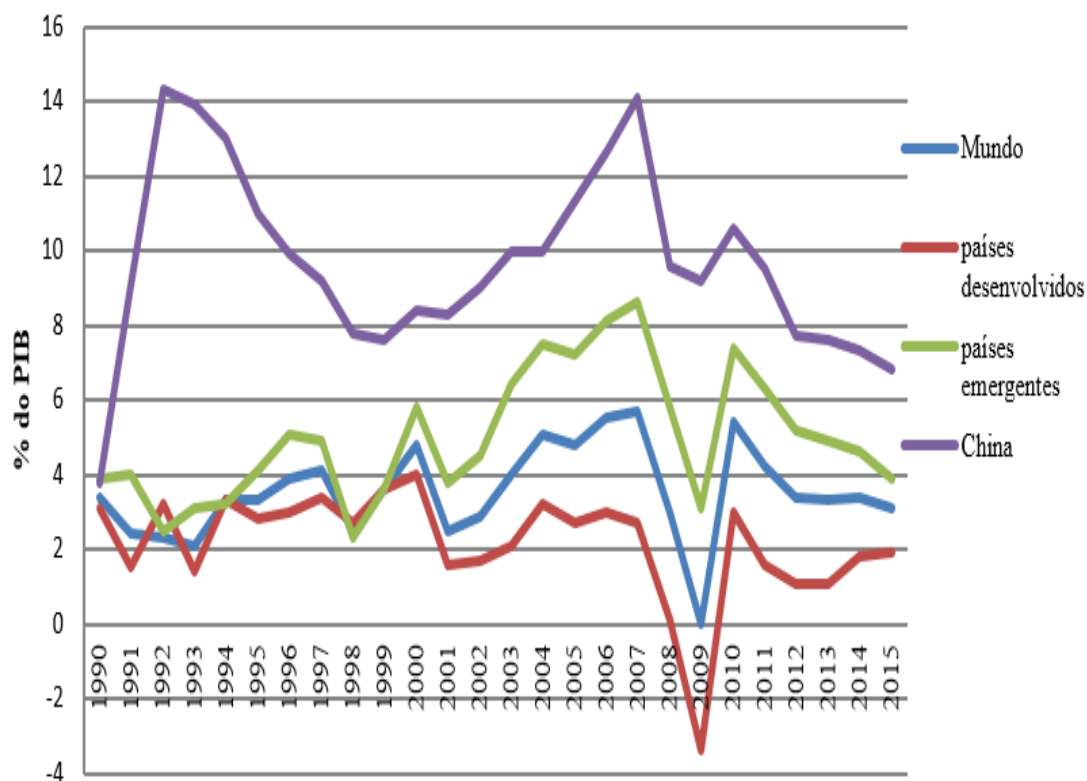
“Uma [...] consequência do declínio americano seria a corrosão da administração geralmente cooperativa dos interesses em comum globais – interesses partilhados como rotas marítimas, o espaço sideral, o ciberespaço e o meio ambiente, cuja preservação é imperativa para o crescimento a longo prazo da economia global e a continuação da estabilidade geopolítica básica. Em quase todos os casos, a potencial ausência de um papel construtivo e influente dos EUA minaria fatalmente o interesse em comum essencial desses fatores globais, porque a superioridade e a ubiquidade do poder americano criam ordem onde normalmente haveria conflito. ” (“After America”, Foreign Policy, 3 de janeiro de 2012)

Um debate que Stuenkel trará sobre decadência hegemônica (será abordado um pouco mais no terceiro capítulo) vai beber em autores com Schweller e Pu e um texto de Valdemar Carneiro Leão (um embaixador brasileiro, que escreveu “BRICS: Identidade e agenda econômica”), acerca de desconcentração e deslegitimação hegemônica.

O autor vai tratar o conceito de legitimidade como sendo crucial da hegemonia. Pois, existe uma ideologia por trás da potência global e da estrutura do *modus operandi*, onde deve contar com uma farta aceitação e haver uma legitimidade e aceitação de todo o resto do globo. É por isso que deslegitimar o *modus operandi* de uma potência global é crucial para uma renovação na geopolítica internacional.

A partir do início do XXI as taxas de crescimento econômico dos países em desenvolvimento foram muito altas comparada aos países desenvolvidos. E essa mudança no cenário político internacional será chamado pelo autor de desconcentração do poder econômico.

Taxa de crescimento econômico (PIB %)

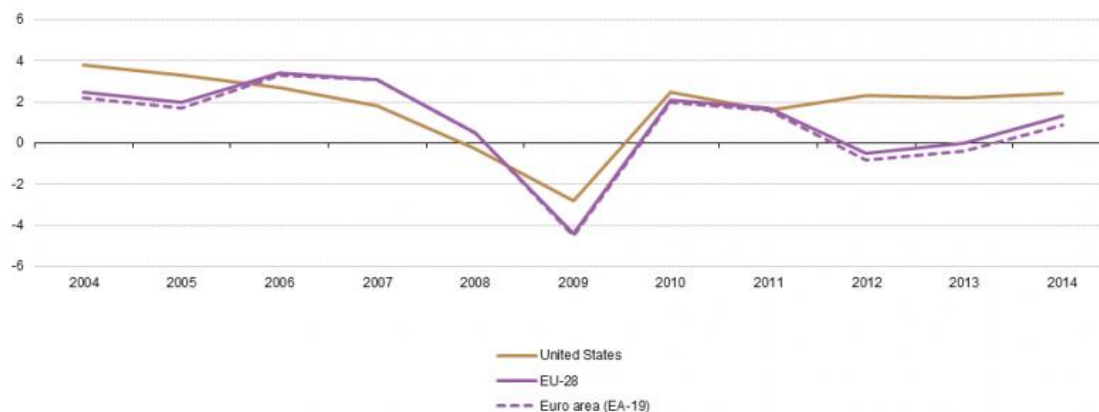


(Gráfico 2) Fonte: Revista MUNDORAMA digital. Sobre a lista dos países que compõem os grupos ver FMI. Sobre a lista dos países que compõem os grupos ver FMI. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/01/weodata/weoselgr.aspx>. Acesso:27/09/2017

2.2 Crise na Europa

A crise norte americana tinge a União Europeia, e logo uma propagação de desvalorização do Euro (moeda) afeta enormemente uma economia que acreditava estar sólida na visão dos analistas financeiros, entretanto, já havia uma fragilidade no sistema financeiro europeu.

Crescimento do PIB em termos reais da U.E, 2004-2014



Source: Eurostat (online data code: nama_10_gdp)

(Gráfico 3): Fonte: print screen. Eurostat. Acesso:15/082017

Países com acentuado endividamento causado pela insuficiência de liquidez e inabilidade de regular as políticas monetárias, cogitaram sair da U.E como Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha.

2.3 Ascensão do Sul

O crescimento econômico dos países em desenvolvimento, principalmente do BRICS (com destaque para China), ascendeu uma chama na mudança do cenário da política internacional. Segundo analistas, o grande diferencial desses países para não serem tão prejudicados com a crise, foi o fato da extensão territorial de alguns países, o contingente populacional, diversidade recursos naturais e a política interna que cada país adotou nos anos que antecederam a crise.

Diante dessa situação onde os países e grupos hegemônicos abriam brechas para uma mudança, surgem debates entre grandes potências com intuito de propor uma política internacional mais homogênea entre nações e com uma política financeira menos agressiva, com é a política neoliberal.

Em uma reunião do BRIC, foi feita uma declaração formal aos líderes do G20 por mudanças governamentais:

“Chamamos a atenção especial para a reforma das instituições financeiras internacionais. Propomos que seja revisto o papel do mandato do FMI, de modo a adaptá-lo para uma nova arquitetura monetária e financeira global. Enfatizando a importância de um compromisso forte com a reforma governamental com uma agenda e planos claros. Consideramos claramente inadequados os recursos do FMI e acreditamos que devam ser ampliados significativamente através de vários canais. Os empréstimos deveriam ser uma ponte temporária para o aumento permanente das cotas. Por isso, exigimos que uma revisão geral das cotas seja concluída por volta de janeiro de 2011” STUENKEL (2017, p.36) apud “BRICS Finance comunique”

3. OS BRICS

O presente capítulo é baseado no livro de Oliver Stuenkel, intitulado “BRICS e o futuro da ordem mundial”.

O acrônimo “BRICS” foi criado pelo economista Jim O’Neill, do banco Goldman Sachs, no ano de 2001. Ele elaborou um prognóstico sobre os países em desenvolvimento econômico no começo do século XXI. Os países que abarcavam esse grupo eram: Brasil, Rússia, Índia e China. Apenas em 2011 a África do Sul passou a fazer parte do grupo e o “s” minúsculo, converteu-se para “S” maiúsculo. STUENKEL (2017) diz:

“Apesar de o termo BRICS ser usado com frequência, poucos são capazes de explicar, de forma satisfatória, sua origem, seu uso atual e a cooperação intrabloco. No entanto, compreender o grupo do BRICS é um elemento importante para se discutir o mundo cada vez mais multipolarizado”

Proporção dos dados geoeconômicos dos BRICS em relação ao total mundial

	Território	População	PIB	Comércio internacional
BRICS	29,4%	42,92%	26,16%	15,8%
Brasil	6,3%	2,8%	2,9%	1,3%
Rússia	12,7%	2,2%	3%	2,6%
Índia	2,4%	17,6%	5,7%	1,9%
China	7,1%	19,6%	14,1%	9,4%
África do Sul	0,9%	0,72%	0,46%	0,6%

(Tabela.1) Fonte: print screen. Fundo monetário Internacional. World Economic database. Acesso: 29/08/2017

Antes da criação do acrônimo, dos atentados do 11 de setembro e da crise do *subprime* os EUA eram considerados por muitos especialistas como sendo a força “unipolar” mundial. William Wohlgforth apud STUENKEL (2017 p.16)

“O sistema é nada ambíguo em sua unipolaridade. Os Estados Unidos desfrutam de uma margem muito maior de superioridade sobre o segundo Estado mais poderoso ou, de fato, todas as outras grandes potências combinadas, mais do que qualquer Estado líder dos últimos dois séculos. Além disso, os Estados Unidos são o primeiro estado líder da história moderna internacional com preponderância decisiva em todos os componentes subjacentes do poder: econômico, militares, tecnológicos e geopolítico” William C. Wohlforth, “the Stability of Unipolar World” *International Security* 24, n.1 (versão 1999): 5-41

Essa primazia norte americana detentora dos poderes econômico, militar, ideológico, tecnológico e cultural vem sofrendo um enorme abalo dos grandes países considerado em “desenvolvimento”, principalmente, da China. Que vem ganhando mercado não só dos EUA, mas da Europa e Japão.

A ascensão dos países em desenvolvimento surgiu na insatisfação do grupo G8, onde não só os BRICS, mas outros países se não se sentiam contemplados politicamente. E foi fortalecendo a proposta da substituição de G8 para G20. Para STUENKEL (2017) essa transição de G8 para G20 é o maior símbolo de mudança de uma ordem unipolar para multipolar. Vale ressaltar um trecho de uma carta emitida pelo BRICS, onde pedem mais autonomia diante da fragilidade dos EUA e dos países desenvolvidos diante de uma crise financeira que vinham enfrentando:

“Exigimos uma reforma das instituições multilaterais para que reflitam as mudanças estruturais na economia mundial e o papel cada vez mais central que os mercados emergentes agora têm. Concordamos que oss órgãos internacionais hoje devem rever suas estruturas, normas e instrumentos no que diz respeito a aspectos como representatividade, legitimidade e eficácia, além de fortalecerem sua capacidade de tratar as questões globais. A reforma do Fundo Monetário Internacional e do Banco mundial deve avançar e ser orientada rumo a uma voz mais igualitária e a um balanço participativo entre países avançados e em desenvolvimento.” (Brazil, Russia, Índia, and China Frist Meeting of BRIC finance Ministers Joint Communiqué.)

O G20 seria o mecanismo ideal para essas transformações começarem a acontecer, chamando a atenção primeiramente para a questão financeira, devido à crise. Fazer uma revisão na conduta monetária e na finança global do FMI seria o ponto de partida, para uma reforma estrutura global. Outra exigência muito importante também foi feita ao Banco Mundial, na questão de representatividade no grupo, através de um processo “aberto e democrático”.

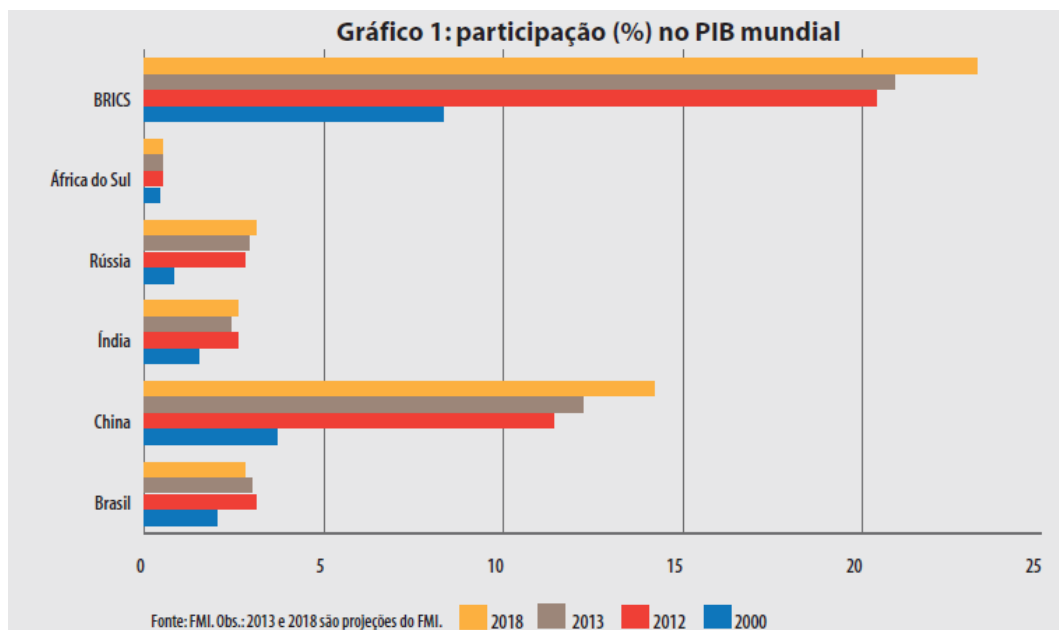
STUENKEL (2017). Após terem identificado um interesse comum, os membros do grupo dos BRICs começaram a cooperar e a fazer pressão por mudanças em conjunto. E uma nova fase do grupo começa a surgir, e será tratada no próximo item, Cooperação intra-BRICs.

3.1 Cooperação intra-BRICs

A confiança entre os membros do grupo atinge um patamar além do tema “crise financeira” e alcança áreas como educação, ciência, tecnologia e defesa.

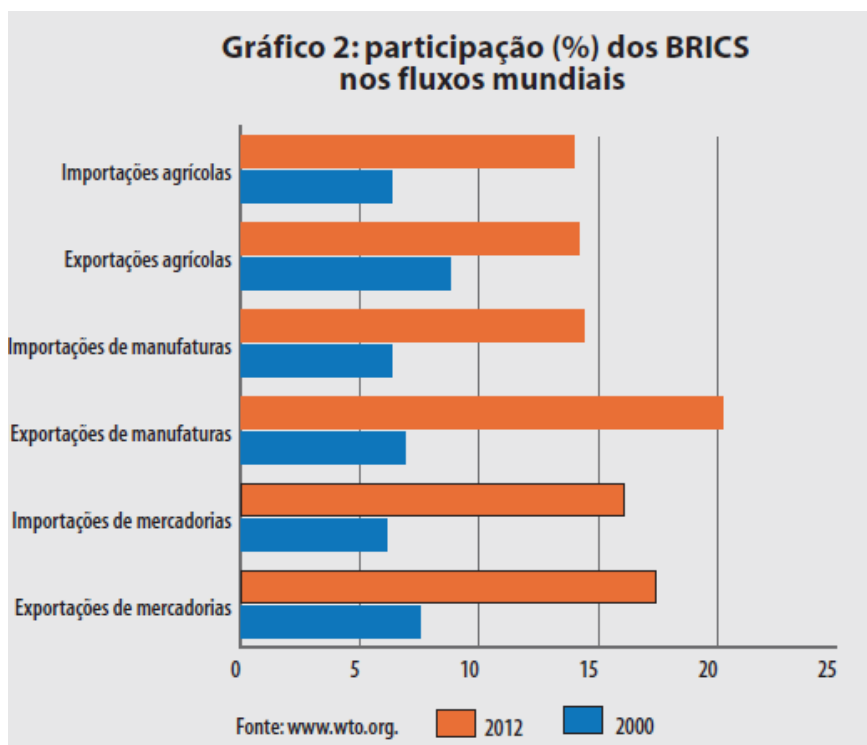
Para explicar essa cooperação STUENKEL (2017, P.40) usou conceito de efeito *spillover*. Que segundo Lindberg é aplicado quando uma cooperação política é iniciada e se estende ao longo do tempo, de modo que a intenção não necessariamente seria está em sua gênese.

Em vez de *spillover* funcional, que descreve os efeitos da integração econômica avançada, o *spillover* visto entre as nações do BRICS era de um tipo mais simples e incipiente, ligado aos efeitos da criação de confiança entre burocracias governamentais, que, após uma experiência positiva em uma área, decidem cooperar em campos adicionais e não necessariamente relacionados. Ao contrário dos efeitos de *spillover* observados entre os países do grupo BRICS não envolvem grupos de interesse de fora do governo, mas estão relacionados inteiramente a atividades intragovernamentais. STUENKEL (2017, P.41)



(Gráfico 4) Fonte: print screen. Disponível em:

<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageld=4028818B37A00A200137A4099DA13ADA&contentId=8A7C82C543ECF6CB0143F90C4EA874D6> Acesso: 02/09/2017



(Gráfico 5) Fonte: print screen. Disponível em:

<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageld=4028818B37A00A200137A4099DA13ADA&contentId=8A7C82C543ECF6CB0143F90C4EA874D6> Acesso: 02/09/2017

Uma questão que é muito ignorada nas discussões do tema BRICS são as cooperações técnicas intra-BRICS. Desde a 1ª Cúpula, em 2009, uma vasta gama de temas foi discutida e trabalhada entre os países membros. Muito especialistas acreditavam que por serem países muito diferentes não chegariam a um consenso. STUEKEL (2017, p.92) um dos principais argumentos dos críticos sempre foi que a cooperação seria difícil por conta da grande diferença entre as democracias vibrantes do Brasil, da África do Sul e Índia, de um lado, e os governos autoritários da China e da Rússia, do outro. Consequentemente isso dificultaria uma relação democraticamente saudável.

Stuenkel vai elaborar uma tabela que contém o número de encontros e interações no contexto do grupo do BRICS.

temas	Primeira reunião	Frequência de reuniões
Academia	Meio de 2009 (fórum Acadêmico do BRIC reunião Faixa II)	Reuniões Anuais
Arranjo contingente de Reserva	14 de abril de 2015	Cinco reuniões em 2015
Administração tributária	18 de janeiro de 2013 (reunião de Chefes de Departamento de Receita dos BRICs)	Reuniões Tributárias anuais do BRICS
Agricultura	26 de março de 2010 (reunião de ministros da Agricultura dos BRICS)	Reuniões Ministeriais em 2010, 2012, 2013 e 2015
		Reuniões irregulares de Oficiais seniores e

Anticorrupção	3 de março de 2015	especialistas (5 desde 2015)
Arbitragem Internacional	27 de agosto de 2016	Um único Workshop em 2016
Assistência ao desenvolvimento internacional	7 de dezembro de 2015 (reuniões de oficiais seniores do BRICS responsável pela Assistência ao desenvolvimento internacional)	Uma única reunião em 2015
Assuntos Aduaneiros	13 de abril de 2015 (reunião de especialistas dos países do BRICS sobre assuntos Alfandegários)	Três reuniões irregulares em 2015 e 2016
Assuntos Industrias	26 de agosto de 2015 (Consultoria de Especialistas sobre assuntos industrias)	Consultorias de Especialistas, Workshops Internacionais e Reunião Ministerial em 2015
Assuntos Populacionais	12 de fevereiro de 2015	Uma única reunião em 2016
Auditoria	24 de junho de 2016 (reunião de Diretores das instituições Superiores de Auditoria do BRICS)	Uma única reunião em 2016

Banco de desenvolvimento	12 de outubro de 2010 (reunião de Bancos Nacionais de desenvolvimento dos BRICS)	Reunião Presidencial Anuais de Grupo de trabalho (quarto desde 2015)
Cidades-irmãs e Governos Locais	23 de setembro de 2015	Lima única reunião em 2015 conclave das Cidades Amigas em 2016
Ciência & tecnologia	15 de setembro de 2011 (Reunião de Oficiais Seniores da Ciência e Tecnologia do BRICS)	Reunião de Oficiais Seniores em 2011, 2012, 2015 e 2016. Reunião Ministeriais em 2014, 2015 e 2016. Reunião dos partidos financiadores em 2015.
Cinema	2 setembros de 2016 (Festival de Cinema do BRICS)	Um único festival em 2016
Comércio	13 de abril de 2011(reunião dos Ministros do Comércio)	Contato em 2014, 2015 e 2016
Conselho de Think Tanks	21 de maio de 2015	Três reuniões irregulares
Contraterrorismo	14 de setembro de	Uma única reunião de grupos de

	2016	trabalho em 2016
Cultura	17 de junho de 2015	Reunião Ministerial em 2015
Desenvolvimento de capacitação	25 de julho 2016	Um único Workshop em 2016
e-Commerce	14 de mais de 2015 (diálogo de Especialistas do BRICS sobre e-Commerce)	Uma única reunião em 2015
Educação	2 de março de 2015	Três Reuniões Ministeriais até 2016. Duas Reuniões de Oficiais Seniores em 2015 e 2016 Um grupo de trabalho em 2015. Uma cúpula Universitária em 2015.
Trabalho e Emprego	25 de janeiro de 2016	Duas Reuniões Ministeriais em 2016 Uma reunião de Grupo de Trabalho em 2016

Energia	24 de maio de 2015	Quatro reuniões Irregulares de Grupo de trabalho, dde Representantes de Alto Nível e consultoria até 2016 Uma Reunião Ministerial em 2015
Esporte	Outubro de 2016 (Torneio de Futebol Sub-17 do BRICS)	Um evento em 2016
Estatística	21 de janeiro de 2011 (reunião de Autoridades Estatística Nacionais do BRICS)	Reuniões anuais (duas vezes por ano)
Fórum da Sociedade Civil	29 de junho de 2015	Reuniões em 2015 e 2016
Fórum de Bem-Estar	10-11 de setembro de 2016	Uma única reunião em 2016
Fórum de Competitividade	1º de setembro de 2009 (Conferência Internacional do BRIC sobre competitividade)	Reuniões em 2009, 2011, 2013 e 2015
Fórum de cooperativas	16 de abril de 2010 (Reunião de Cooperativas dos BRICs)	Reuniões Anuais (2010, 2011, 2013 e 2014)

Fórum de Jovens Diplomatas	28 de outubro de 2015	Reuniões em 2015 e 2016
Fórum de Sindicatos	8-10 de julho de 2015	Uma única reunião em 2015
Fórum de urbanização	25-27 de novembro de 2013	Três reuniões até 2016
Fórum empresarial	15 de abril de 2010 (Fórum Empresarial conjunto BRIC/IBAS)	Reuniões Anuais
Fórum Hídrico	29-30 de setembro de 2016	Uma única reunião em 2016
Fórum Internacional de Jovens Cientistas e Empreendedores	24-26 de setembro de 2015	Reuniões Anuais
Fórum Parlamentar	8 de junho de 2015	Reuniões Anuais do Fórum Parlamentar de Mulheres em 2016
Fórum sobre Reforma de Empresas Estatais e Governança	1º de dezembro de 2016	Uma única Reunião em 2016
Gestão de catástrofes	22 de julho de 2016	Uma reunião ministerial e um Workshop de Especialistas em 2016
	3 de dezembro de 2011 (fórum Cidades Amigas e	

Governo Subnacional	Cooperação entre governos Locais do BRICS)	Reuniões 2011 e 2013 (janeiro e novembro)
Infraestrutura	Setembro de 2016	Um único workshop em 2016
Internet	28 de abril de 2016 (Conclave Digital do BRICS)	Uma única reunião em 2016
Judiciário	12 de março de 2010 (I Programa de Intercâmbio de Magistrados e Juízes dos países dos BRICS)	Uma única reunião em 2010
Juventude	1º de julho de 2015 (Cúpula da Juventude do BRICS)	Duas reuniões em 2015 e 2016
Maio Ambiente	21 de abril de 2015	Uma única Reunião de Grupo de trabalho em 2016
Mídia	8 de outubro de 2015 (Fórum de Chefes das Principais Agências de Mídia dos Países dos BRICS)	Reuniões dos Chefes das Principais Agências de Mídia em 2015 Reunião Ministerial em 2015 Primeiro Fórum Midiático em 2016

Migração	8 de outubro de 2015 (primeira Reunião dos Chefes das Autoridades em Migração do BRICS)	Uma única reunião em 2015
Ministério das finanças e Bancos Centrais	7 de novembro de 2008 (reunião de ministros das Finanças dos BRICS e presidentes dos Bancos Centrais)	Reuniões ministeriais anuais Workshop sobre inclusão Financeira em 2016
Pacificação	9 de dezembro de 2015 (Diálogo do BRICS para pacificação)	Uma única Reunião em 2015
Padronização Nacional	15 de setembro de 2015 (Reunião de Diretores dos Órgãos de Padronização nacional do BRICS)	Uma única reunião em 2015
Propriedade Intelectual	1º de outubro de 2012	Reunião irregulares (6 reuniões até dezembro de 2016)
Relações Exteriores	20 de setembro de 2006	Reuniões Ministeriais Anuais Reuniões temáticas sobre Oriente Médio e o Norte da África em 2015

Saúde	11 de julho de 2011 (primeira reunião à parte dos ministros da Saúde do BRICS)	Reuniões Ministeriais Anuais - Reuniões temáticas Irregulares, Conferência, Reuniões de Oficiais Seniores, Mesas-Redondas e Workshops
Segurança Nacional	30 de maio de 2009 (Reunião de Assessores de Segurança Nacional do BRICS)	Reuniões Irregulares (nove reuniões relacionadas até dezembro de 2016)
Serviços de Promotoria	10 de novembro de 2015 (Reuniões de Chefes de Serviços de Promotoria do BRICS)	Uma única reunião em 2015
Tecnologia Geoespacial	2 de fevereiro de 2015 (Reunião de Grupo de Trabalho)	Uma única reunião de Grupo de Trabalho em 2015 Uma única reunião sobre Segurança em Atividades no Espaço sideral em 2015
Telecomunicações	6 de outubro de 2016 (reunião do Grupo de Trabalho de BRICS em telecomunicações)	Uma única reunião em 2016 Uma única Reunião Ministerial

Tráfico Ilícito	20 de abril de 2015 (Reunião de Especialistas em Combate ao tráfico Ilícito de Drogas Narcóticos, Substâncias Psicotrópicos e seus Precursores)	Quatro reuniões desde 2015
Transporte	29 de abril de 2016 (Reunião de Especialista ferroviários do BRICS)	Suas reuniões em 2016
Turismo	1º de setembro de 2016	Uma única convenção de 2016

(Tabela 2)

Com certeza, é possível observar o quanto está sendo importante é frutífera essa cooperação intra-BRICS. Reuniões que em sua maior parte é coordenada pelos governos e dificilmente por atores não governamentais, abrangem assuntos de diversos tipos, não só no cenário político, mas também político social, lazer, militar, saúde e etc. STUENKEL (2017, p.102)

“[...]os chefes dos departamentos de receita do BRICS se encontraram e assinaram um comunicado, identificando sete áreas de cooperação, que incluíam o compartilhamento de práticas para coibir práticas de não *compliance* e a evasão fiscal, além de um mecanismo do BRICS para facilitar o combate a operações abusivas elisão fiscal”.

A maior crítica formada em cima dos BRICS está ligada ao fato de que três países serem democráticos (Brasil, Índia e África do Sul) e dois não (Rússia e China) e que isso restringiria a cooperação entre o grupo. STUENKEL, faz um questionamento muito importante sobre isso; “até que ponto podemos considerar o grupo do BRICS como uma unidade coesa nas relações internacionais? ”

Os encontros anuais do grupo, que são conhecidas com as Cúpulas dos Líderes do BRICS, ocorre cada ano em um país, contendo uma demonstração emblemática de uma política sólida diante do mundo e para os próprios membros do BRICS. Mas apesar dessa crescente cooperação, paira grande ceticismo, principalmente de grupo fora dos governos, quando avaliam a relevância do grupo. STUENKEL (2017, P. 142) termina esse assunto com a seguinte frase:

“Além disso, como a cooperação continua a ocorrer num nível relativamente superficial, ainda é cedo demais para identificarmos quaisquer evidências conclusivas sobre se os tipos diferentes de regimes têm um efeito negativo ou não sobre a capacidade e disposição dos países em colaborar num nível técnico. ”

3.2 O novo banco de Desenvolvimento (NBD) do BRICS

A ideia de um Banco de Desenvolvimento nasce da Índia, na Cúpula de 2012, em Nova Déli. Que tinha como pressuposto a criação de um Banco que financiasse infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Um passo importantíssimo para a institucionalização do BRICS e a real concretude levaria 3 Cúpulas para ocorrer. Com o novo Banco de Desenvolvimento e também um Arranjo Contingente de Reserva (ACR), de fato, se unem de forma estruturada e institucionalizada contra as políticas neoliberais e restritivas do Banco Mundial e do FMI.

O artifício usado pelo BRICS, estabelece uma nova diretriz, que segundo eles, dizem ser mais democrático e justo ao modelo tradicional, que há anos vem ditando as regras do jogo. “O estabelecimento de estruturas mais institucionalizadas, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) do BRICS e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR), deverá forçar, nos próximos anos, o sobre como conquistar a estabilidade e o desenvolvimento econômico global. ” STUENKEL (2017, P.156). Além do que cada banco nacional de cada país assinaram um “acordo de Cooperação Multilateral e Confinanciamento para o desenvolvimento sustentável. Uma declaração foi feita pelo grupo do BRICS sobre como seria feita a contribuição inicial ao banco:

“O banco terá capital inicial autorizado de US\$100 bilhões. O capital inicial subscrito será de US\$50 bilhões, divididos, igualmente entre os membros fundadores. O primeiro presidente do Conselho de Governadores será da Rússia. O primeiro presidente Administrativo será do Brasil. O primeiro presidente do banco será a Índia. A sede do Novo banco de Desenvolvimento será em Xangai. O centro Regional Africano do Novo banco de Desenvolvimento será estabelecido na África do Sul concomitantemente com sua sede. ” Declaração de 2014 do BRICS em Fortaleza apud STUENKEL (2017, p.160)

3.3 O Arranjo Contingente de Reserva do BRICS

O Arranjo Contingente de Reserva do BRICS foi criado na 5ª Cúpula do BRICS, em Durban, África do Sul. O objetivo era prevenir que uma crise financeira muito forte, como por exemplo a de 2008, atingisse as economias emergentes. O Contingente de Reserva inicial era de US\$ 100 bilhões.

Diferentemente do Banco de Desenvolvimento, o Arranjo Contingente de Reserva foi menos burocrático politicamente para ser colocado em prática. “Não precisava de uma estrutura física para operar. As reservas não são coletadas

fisicamente num fundo comum, mas, em vez disso, são guardadas pelos bancos centrais nacionais” STUENKEL (2017, p.171).

O papel do ACR mostra uma artimanha para os países do “Sul”, sendo considerado uma nova alternativa e um repto para o FMI. Porém essa contribuição de US\$ 100 bilhões acaba não sendo o suficiente para abalar as estruturas da ordem financeira global. “Os países do BRICS controlam US\$ 5 trilhões em reservas internacionais. Se contribuíssem com 16% de suas reservas para um fundo de contingente, o ACR resultante contaria com um total de US\$ 800 bilhões, contra os US\$ 780 bilhões dos recursos do FMI. ” (STUENKEL, p.172)

3.4 O BRICS diante do Consenso de Washington

Favoráveis a uma mudança na ordem mundial e que apostam no BRICS para tal façanha, acreditam que o objetivo seja a derrubada das políticas neoliberais impostas pelo Consenso de Washington. Alguns países do BRICS tiveram que se sujeitar as políticas financeiras de Bretton Woods por décadas. Hoje com o Novo banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reserva, o BRICS juntamente com os países em desenvolvimento (principalmente o G-20) tem a oportunidade de apresentar um novo caminho frente as instituições financeiras internacionais que controlam a ordem financeira desde o acordo de Bretton Woods, que são o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Porém ainda nada foi feito de fato pelo BRICS, de forma a desafiar o Consenso de Washington, por exemplo criando um “consenso do BRICS”. O que existe é apenas políticas estatais que fazem com que a intervenção não seja tão aguda.

“A Índia e o Brasil, por exemplo, institucionalizaram em a forma híbrida de governança econômica que se posiciona entre o paradigma de políticas do Consenso de Washington e os imperativos domésticos nacionais. Enquanto a China exhibe várias formas de intervenção estatal na economia que dão ao capitalismo chinês um aspecto bastante distinto daquele estabelecido pelo Consenso de Washington, essas adaptações locais não necessariamente representam uma antítese, nem uma alternativa, a ele”. (STUENKEL, 2017, p.164)

4. OS DESAFIOS DOS BRICS

STUENKEL apud Schweller e Pu, diz que existe cinco fases que seguem um padrão cíclico na mudança do sistema de poder hegemônico global. E funciona assim: a princípio existe uma ordem estável, onde há uma potência hegemônica no poder global. Nesta primeira fase, esta potência não sofre provocações, devido sua força diante dos outros que aspiraram sua posição. Certo que a lei de taxas desiguais atinge a todos os Estados, causando uma taxa de crescimento muito menor dos Estados hegemônicos, do que os Estados em via de desenvolvimento. Fazendo com que essa amplitude de poder diminua progressivamente.

Como isso atingimos a segunda fase, que segundo o autor, será a fase de desconcentração e deslegitimação do poder hegemônico do Estado, entendido que a ordem do poder existente, já não mais, se adequava ao *modus operandi*.

A terceira fase consiste em uma acumulação de armamentos e formação de alianças. Onde Estados em vias de desenvolvimento, se unirão e arrumarão forma de enfraquecer o poder hegemônico. Deslegitimando a potência hegemônica e suas estruturas de ordem global.

A quarta e penúltima fase é uma resposta à crise internacional, às vezes por guerra hegemônica.

E a quinta e última fase, compreende a uma renovação do sistema, concluída essa fase e reconstituída uma nova ordem global, voltamos novamente a primeira fase.

O declínio do mercado das commodities, fez com que a crise financeira chegasse forte aos países em desenvolvidos. Trazendo uma queda do crescimento econômico dos BRICS. Analista afirmam que o crescimento do BRICS para os próximos anos será muito abaixo do que foi na década passada.

O BRICS na atualidade é fundamental para a economia mundial. Sua expansão de comércio e consumo, é enorme e só tende a crescer nos próximos anos. “As economias dos BRICS têm sido amplamente consideradas como os motores da recuperação da economia global, o que ressalta o papel em transformação dessas economias no mundo. ” Com isso, o desafio do BRICS é continuar e fortalecer ainda mais essa relação intra-BRICS, com políticas mais pragmáticas, onde não só o crescimento econômico, mas político e social.

Segundo um documento feito na VII Cúpula do BRICS, na Rússia, em 2015. Os princípios básicos A Estratégia do BRICS está baseada nos seguintes princípios:

- Respeito pleno pela soberania dos Estados Membros;
- Compromisso com o direito internacional e reconhecimento do papel central das Nações Unidas para a paz, a segurança e o desenvolvimento;
- Ciência dos interesses nacionais, prioridades, estratégias de crescimento e de desenvolvimento dos Estados Membros;
- Abertura, troca de informações e consenso na tomada de decisões; 7 Estratégia para uma Parceria Econômica do BRICS
- Compromisso com as regras e princípios do sistema multilateral de comércio, conforme consubstanciado na Organização Mundial do Comércio (OMC);
- Reconhecimento da natureza multipolar do sistema financeiro e econômico global;
- Apoio para maior intercâmbio de melhores práticas para a melhora do ambiente de negócios;
- Transparência e previsibilidade no ambiente de investimento, em linha com as prioridades e políticas nacionais;
- Compromisso para apoiar o desenvolvimento sustentável, o crescimento robusto, equilibrado e inclusivo, a estabilidade financeira, e a combinação equilibrada de medidas que assegurem o desenvolvimento econômico e social e a proteção do meio-ambiente;
- Compromisso com a cooperação mutuamente benéfica com outros países;

– Inadmissibilidade de sanções econômicas unilaterais em violação às normas universalmente reconhecidas das relações internacionais.

As áreas de prioritárias para a cooperação nos próximos anos entre o BRICS são:

1. Comércio e investimentos;
2. Indústria e processamento de minerais;
3. Energia;
4. Cooperação em agricultura;
5. Ciência, tecnologia e inovação;
6. Cooperação financeira;
7. Conectividade;
8. Cooperação em TICs

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito do presente trabalho foi agregar informações que dessem suporte para uma análise crítica sobre o BRICS. Principalmente trazer essa discussão para o campo da geografia, onde é escassa. Ainda existe muitas perguntas sem respostas. Como, quem substituirá o EUA como potência mundial? China? Rússia? Ou os EUA não perderá seu posto? Questões essas que precisam ser discutidas na geografia. O BRICS é um grupo que apesar de suas grandes diferenças, acreditam em objetivos comuns. No papel e no discurso vemos uma postura de mudanças no cenário da política internacional, um dos maiores obstáculos do grupo, que seria as relações intra-BRICS, vimos que vem crescendo e colhendo frutos. Muitos analistas acreditavam que isso nunca seria possível entre esses países. Acredito que os próximos passos do BRICS, caso queiram uma transformação de grande impacto, seja desmantelar o *status quo* da política econômica global, onde todos os membros possam compartilhar da mesma opinião e enfrentarem as instituições de Bretton Woods, que estão sobre a tutela dos EUA. O BRICS para os próximos anos vai ter que entrar em acordos mútuos, se quiserem fortalecer o grupo diante do mundo, buscar consolidar suas políticas diante do G20, saindo da normatização e indo para aplicação. Propondo mecanismos eficientes de articulação para um mundo politicamente, economicamente e socialmente mais justos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSANI, Gustavo Borges. O Papel Dos Brics Na Governança Global. Disponível em: **Revista de Geopolítica**, v. 7, n. 2 (2016)

<<http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/153>>

Acesso:

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O papel dos BRIC na economia mundial. Disponível em: < <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1920BRICAduaneiras.pdf>. BRIC Report.

Disponível em:< <http://www.BRICindia.in/delhi-declaration.html>>

ARRIGHI, G. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996,

CUNHA, Claussia Neumann. **A emergência dos BRICS no Cenário Internacional. SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS**

INTERNACIONAIS SEBREEI *Integração Regional e Cooperação Sul-Sul no Século XXI*. JULHO,2012

CARMONA, Ronaldo. THE RETURN OF GEOPOLITICS: THE ASCENSION OF BRICS. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, [S.l.], v.3, n. 6, mar. 2015. ISSN 2238- 6912. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/51286/33164>>.

FIORI, José Luis. “Poder, geopolítica e desenvolvimento”, Valor Econômico, 26 de junho de 2013. Disponível em: < <http://revistaprincipios.com.br/n/index.php/component/k2/item/208-a-geopolitica-do-brics> >

MRE, Ministério das Relações exteriores do Brasil. BRIC- Agrupamento Brasil, Rússia, Índia e China. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-bric>> .

MRE, Ministério das Relações exteriores do Brasil. Eventos BRICS 2001- 2012. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/eventos-bric-2006-a-2012/view>> .

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Renato Xavier dos. BRICS e a Ordem Internacional: O Debate Acadêmico. Florianópolis, 2013.

STUENKEL, Oliver. BRICS e o Futuro da Ordem Global. 1ªed – Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e terra, 2017

VISENTINI, Paulo. EDITORIAL: A GUERRA ECONÔMICA E O SILÊNCIO DA ACADEMIA. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, [S.l.], v. 3, n. 6, mar. 2015. ISSN 2238-6912. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/53925/33160>>.

VESENTINI, José William. Novas Geopolíticas. 5ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2013